



CIEA7 #7:

MODERNIDADES, MARGINALIZAÇÃO E VIOLÊNCIA: ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA E AFIRMAÇÃO DOS JOVENS EM CABO VERDE E GUINÉ-BISSAU.

Sílvia Roque^o

silviar@ces.uc.pt

Kátia Cardoso^o

katia@ces.uc.pt

Entre a marginalização e a securitização:

jovens e violências em Cabo Verde e na Guiné-Bissau

A progressiva crença na obsolescência da guerra no contexto pós Guerra Fria tem contribuído para a ocultação dos processos estruturais que se perpetuam e que reproduzem as desigualdades e a marginalização ao nível global e que se constituem como e provocam violência. Ignora-se frequentemente que, perante a ausência de guerra, os meios e instrumentos de promoção e materialização da violência se trasladam para outras expressões, escalas ou actores. A partir dos casos da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, esta comunicação pretende colocar em causa a separação estanque entre a guerra e a paz e sugerir que esta última pode ser um projecto igualmente violento, que se manifesta nomeadamente através do controlo dos jovens, quer através do poder exercido pelas elites em Estados periféricos, quer pelo mercado da pobreza e da insegurança à escala global. Defendemos que o grau de aceitação ou rejeição da marginalização e dependência como destino social, pelos jovens, é um factor essencial para a contenção ou promoção da violência colectiva. Ora, num contexto de consolidação de um conjunto de políticas e instituições internacionais destinadas a manter a segurança das elites globais, parecem cada vez mais reduzidas as possibilidades não violentas de reivindicação de um estatuto valorizado pelos jovens.

Jovens, Violências, Marginalização, Securitização.

^o Investigadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

^o Investigadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

JOVENS, VIOLÊNCIAS E... RELAÇÕES INTERNACIONAIS?

Esta comunicação parte de algumas reflexões originadas pelo trabalho de mapeamento das violências praticadas por e contra os jovens em Bissau e na Praia¹, assumindo como problemática fundamental a contradição entre a visibilidade das práticas violentas dos jovens e a ocultação das estruturas que exercem violência sobre os mesmos e das suas resistências à violência.

Não se pretende aqui analisar exaustivamente as causas da violência juvenil colectiva, como já fizemos noutros trabalhos (Roque e Cardoso, 2008; Roque e Cardoso 2010), mas sim contribuir para repensar estas causas enquadrando-as num paradigma mais vasto de análise. Perante a (quase) ausência nas Relações Internacionais de reflexões que analisem as violências praticadas por e contra os jovens em contextos nacionais e em tempos de paz (formal), pretendemos, assim, começar por explorar a ocultação das violências como um processo que serve o propósito de esconder as “falhas” de um modelo de paz liberal. Com efeito, as violências são remetidas, por este modelo, para as insuficiências das periferias no cumprimento de uma agenda de paz violenta, agenda esta que se baseia num conjunto de medidas cada vez mais securitárias que se reproduzem à escala internacional de forma estandardizada e que pretendem controlar as populações consideradas ameaçadoras. Estas medidas têm, muitas vezes, os jovens de países periféricos ou das periferias das sociedades centrais como o seu primeiro alvo. Isto porque, tal como veremos através dos casos de Bissau e da Praia, o controlo dos jovens é a expressão mais eficaz do controlo do Sul e das periferias.

RETOMAR AS VIOLÊNCIAS DA PAZ NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Apesar de aparentemente singela, a ideia de que a violência, e não o conflito ou a guerra, é o oposto de paz e que esta última, no limite, apenas pode ser alcançada mediante a abolição de todas as violências que se alimentam mutuamente – directas, estruturais e culturais – representa uma transformação radical nas análises das Relações Internacionais operada designadamente pela escola dos Estudos para a Paz (Galtung, 1990; Pureza e Cravo, 2005). Também os Estudos Feministas relacionados

¹ Projecto de investigação “Trajectórias de disseminação e contenção da violência: um estudo comparativo entre Bissau e Praia”, coordenado por José Manuel Pureza, financiado pela FCT – PTDC/AFR/71908/2006. Projectos de dissertação de doutoramento: “Construir o colapso: percursos da violência em contextos de pós-guerra. Os casos de El Salvador e Guiné-Bissau” de Sílvia Roque, orientada por José Manuel Pureza e financiada pela FCT - SFRH / BD / 36589 / 2007 e “Violência urbana em Cabo Verde: o papel dos deportados” de Katia Cardoso, orientada por António Sousa Ribeiro e José Manuel Pureza e financiada pela FCT – SFRH/BD/44906/2008.

com esta disciplina romperam com as definições tradicionais dos sujeitos e dos espaços das Relações Internacionais e do que é considerado político, introduzindo a análise das culturas de violência e de um sistema de guerra baseado na hierarquização dos sexos e na naturalização das relações de poder que produzem e legitimam a violência, a várias escalas, e tornam artificial a separação entre guerra e paz (Reardon, 1985; Enloe, 2000; Moura, 2009; Santos *et al*, 2010). Situando-nos, assim, no seguimento dos avanços dos Estudos para a Paz e dos Estudos Feministas críticos, e tendo em conta que estas correntes permanecem relativamente marginais na disciplina, pretendemos contribuir para a consolidação das críticas à ocultação das violências da paz² nas Relações Internacionais.

Os lugares – tanto geográficos como conceptuais – para os quais são remetidos pelos quadros teóricos tradicionais os actores e as causas da violência juvenil – considerados um assunto interno aos Estados, de cariz social e económico ou criminal, mas não internacional ou político – exprimem uma visão que descarta a marginalização como forma de violência em si, que produz mais violência em espiral ou *continuum* (Scheper-Hugues e Bourgois, 2004). Pelo contrário, o nosso ponto de partida consiste em considerar que a guerra pode ser vista como um projecto social entre outros (Richards, 2005), igualmente violentos, os quais são objecto de processos de ocultação que não são neutros e têm consequências.

Os processos de ocultação a que nos referimos são produto dos lugares para os quais é remetido o conflito violento, particularmente desde os anos 90 do século XX: as periferias, a irracionalidade, a barbárie (Duffield, 2001). Esta ocultação tornou-se mais dissimulada com o fim da Guerra Fria e o triunfo “anunciado” do neo-liberalismo e das democracias de mercado enquanto modelo de organização das sociedades. As periferias do ‘sistema mundo’, nomeadamente o continente africano, passaram a ser encaradas sobretudo como uma fonte de “problemas” para o sistema internacional, onde imperam “ameaças” como o subdesenvolvimento crónico e a corrupção, os conflitos armados e os refugiados, ou ainda os chamados Estados “falhados” ou o terrorismo, imperfeições contra natura que “devem ser normalizadas”.

Os conflitos “internos” cada vez mais visíveis³ são assumidos como as brechas de uma simulação quase perfeita de ordenação e controlo ao nível internacional.

² Por violências da paz entendemos a vivência das violências microlocalizadas presentes em contextos de paz formal, alimentadas em continuum por culturas, estruturas e mecanismos de facilitação que actuam ao nível local, nacional como global, os quais, associados a objectivos vistos como políticos e noutros contextos, estão também na origem de processos de guerra. Neste caso, partimos das experiências de violência exercida por e contra os jovens, entendendo estas vivências de violência como resultado de expressões de poder baseadas no estatuto social dos jovens em dois contextos africanos que consideramos periféricos.

³ A suposta mudança dos conflitos tornou-se um lema repetido vezes sem conta partindo do trabalho de Kaldor (2001) sobre “novas guerras”. Neste sentido, defende-se que assistimos não tanto a uma mudança

Procede-se então à consolidação de uma indústria de “produção” da paz e da ordem que contraria a promessa crítica e emancipadora inicial dos Estudos para a Paz (Pureza e Cravo, 2005: 11). Para colmatar as falhas deste simulacro, a ocultação das violências opera-se através de três processos dominantes:

a) A naturalização da violência: produz-se através da desconsideração das formas de violência estrutural e simbólica ou de interiorização da dominação social (Bourdieu, 2002 [1998]; Martín-Baró, 1998: 95) que explicam essencialmente o não reconhecimento das fontes da violência e levam à sua normalização e reificação como uma violência “natural aos pobres e excluídos”. É neste sentido que a violência passa a ser vista como condição normal das periferias, as quais nunca são suficientemente modernas e liberais para conter as “suas” turbulências.

b) A despolitização e conseqüente deslegitimação e criminalização da violência: a violência não considerada como guerra é essencialmente vista como criminal, como é o caso da existência de *gangs* juvenis. Outras vezes, deixa-se de falar de violência política para se passar a falar de violência social (Moser e Rogers, 2005). No entanto, esta diferenciação entre violência social e política é, em nosso entender, artificial. Assenta na progressiva estranheza que remete para a irracionalidade e ilegitimidade do conflito violento nas Relações Internacionais e ainda na estreiteza de definição do que pode ser considerado político (Scott *in* Schouten, 2009).

c) A internalização das causas e actores da violência e a externalização das respostas: ignora-se o papel das políticas e instituições internacionais na manutenção e acentuação dos processos de diferenciação e desigualdade ao nível global que, por um lado, produzem exclusão e exercem violência contra boa parte da humanidade, e, por outro lado, produzem, muitas vezes, fenómenos de violência directa significativos. A violência é vista, neste sentido, como produto do fracasso das entidades políticas nacionais (ou “locais”) na regulação da mesma, ou seja, como uma falha na governação.

Estes processos de ocultação alimentam a emergência de um modelo institucional e politicamente demarcado de paz global dirigido à resolução dos problemas “das periferias” que assenta na indiferença que vota à necessidade de transformação de estruturas de desigualdade, sejam elas de cariz cultural e social ou económico, ao nível nacional como internacional, e ao qual se tem chamado projecto de paz liberal.

na natureza dos conflitos mas sim a uma deslegitimação das lideranças em conflito. O confronto da Guerra Fria dava legitimidade aos líderes dos movimentos em confronto. Com o fim dessa camuflagem ideológica e estratégica, o conflito violento passou a ser visto como ilegítimo. Além disso a guerra interna e os seus efeitos internacionalizaram-se e ganharam maior visibilidade, com a intervenção crescente de actores internacionais em contextos de guerra (Duffield e Waddell, 2006: 5-6).

A PAZ COMO PROJECTO VIOLENTO E SECURITÁRIO

O projecto ou modelo de paz liberal consiste num conjunto de prescrições com vista à liberalização económica e à globalização de um modelo particular de governação interna (Paris, 2004). Actua sobretudo através da aplicação de receitas repetidas *ad nauseum* com os objectivos da “construção” ou “consolidação da paz” – *peacebuilding* – ou ainda da “construção” ou “consolidação dos Estados” – *statebuilding*. São ingredientes destas receitas: a abertura económica dos países periféricos, o credo da iniciativa privada, da privatização e da austeridade; a transferência das funções de protecção social para as redes formais e informais fora do Estado; a replicação de instituições formais e aparentemente funcionais de Estados; e uma democracia de baixa intensidade (Sogge, 2010; Pureza *et al*, 2007).

Embora esta proposta surja sobretudo mencionada para fazer face às situações dos países pós-guerra, como tem sido o caso da Guiné-Bissau, ela vai muito além disso e aplica-se também aos países considerados em paz, como poderemos ver pelo caso de Cabo Verde, através da insistência na despolitização e burocratização da política (Bickerton, 2009) e no esvaziamento das funções sociais do Estado. Trata-se de uma aplicação internacional do que Wacquant (2001 [1999]: 4) descreve em termos nacionais como “o paradoxo penal do neoliberalismo”, que pretende implementar “mais Estado” nas áreas policial, judicial e prisional “para solucionar o aumento generalizado da insegurança objectiva e subjectiva” quando “ela mesma é causada por menos Estado” nas dimensões económica e social nos países avançados.

Trata-se, assim, de um conjunto de mecanismos de controlo e reprodução de estruturas de poder ao nível internacional, que assume a dimensão securitária dos Estados e das organizações internacionais como prioridade e que se baseia na regulação de populações marginais e julgadas como ameaças. Neste sentido, a descolonização pode ser vista apenas como uma retirada imperial face a um modelo de exploração e domínio territorial que já não compensava, podendo ter emergido um novo modelo de domínio – o da biopolítica aplicada às relações internacionais, cujo princípio dominante é o do controlo e normalização das periferias (Duffield, 2001; Duffield e Wadell, 2006)⁴. Já para Chandler (2006), assistimos ao desenvolvimento de um “império em negação”, que se baseia na regulação das periferias, não por interesses imperiais clássicos, mas por via da negação da responsabilidade dos

⁴ Segundo estes autores o desenvolvimento tem cada vez mais como objectivo a manutenção dos humanos, das suas funções bióticas (homeostasis) e menos o crescimento económico. O conflito é visto como “o reverso do desenvolvimento” e o desenvolvimento é visto como uma condição bipolar da homeostasis sócio-económica, facilitado pelos processos de centralização e coordenação da ajuda ao nível global.

países e grupos centrais no que aí acontece, não querendo arriscar intervir segundo a lógica assumida de controlo e da dominação mas através dos discursos do “empowerment” e da “capacity building”.

O projecto de paz liberal actua assim tanto por via de programas de reconstrução pós-guerra, como através de políticas de controlo de fluxos considerados ilegais e da reordenação das sociedades centrais, expulsando os “marginais”, sendo ilustrativas, neste sentido, as políticas de deportação. Como consequência, a hierarquização estabelecida entre os Estados de sucesso e falhados, “bons” e “maus alunos”, não representa, na prática, uma diferença significativa nas formas de produção ou reforço da violência à escala internacional e local.

Apesar da sua “promessa” transformadora, o que realmente está em causa, em última análise, neste modelo de paz, é garantir a segurança dos centros do sistema da forma menos transformadora ou emancipadora possível, tal como se pretende pelo tipo de pensamento sobre a segurança conhecido como *liddism*⁵, formulado em *think tanks*, em Wasghington desde os anos 90, e replicado através das estratégias das elites por todo o mundo, com o objectivo de manter o *status quo*, através de intensos esforços para desenvolver novas tácticas e tecnologias com o objectivo fundamental de perpetuar o controlo das classes abastadas (Rogers, 2010).

OS JOVENS COMO ALVO DA SECURITIZAÇÃO

Apesar da complexidade da definição do que significa ser jovem⁶, o binómio jovens-e-violência tem sido explorado sobretudo a partir de uma definição de jovens como alguém do sexo masculino, pobre e localizado geográfica e socialmente “nas margens” (Bordonaro, 2007). Isto porque se considera que neste binómio o sujeito jovens é sobretudo praticante de violência, agressor ou potencial agressor, e não vítima. A universalização da ameaça à ordem, interna como internacional, e a

⁵ “Liddism foi um termo forjado nos finais dos anos noventa para identificar a tendência, pós Guerra Fria, dos Estados ocidentais, para controlar as ameaças à segurança internacional através de meios militares, em lugar de procurar entender a natureza das ameaças e enfrentá-las nas suas raízes/causas. A analogia que transporta é a de uma panela ao lume face à qual se tenta manter a tampa fechada sem apagar o lume, o que implica que o liddism é na sua essência auto-derrotista”, tradução nossa, ver Rogers, *The dictionary of Ethical Politics*.

⁶ A operacionalização do conceito “jovem” é um exercício complexo em qualquer parte do mundo. Destacamos aqui dois dos problemas mais recorrentes. Por um lado, a abordagem biológica, definida pela idade, é limitada e não se aplica a todas as culturas e sociedades da mesma forma. Durham (2000:116) propõe o conceito de social shifter para destacar o carácter volátil, relacional e variável da categoria “jovem”. Por outro lado, a ideia de jovem enquanto uma categoria homogénea, consolidada, ignorando-se as diversidades e dimensões como género, classe, etnia, religião, etc. deve ser contrariada. O jovem, e neste caso concreto, os jovens possuem identidades fragmentadas, são actores de fronteira, ambíguos, híbridos – “entre o local e o global, o rural e o urbano, a tradição e a modernidade” (De Boeck e Honwana, 2000, Ebo, 2005). No entanto, não entraremos em profundidade neste debate, partiremos da imagem corrente dos jovens que mencionamos, não concordando com ela, mas na tentativa de a desconstruir.

necessidade de criação de bodes expiatórios para as falhas do projecto de paz liberal, quer ao nível dos Estados quer ao nível internacional, resultaram na expansão da imagem do que se chamou “o jovem [homem] do bairro marginal [periférico]” (Briceño-Léon e Zubillaga, 2002), cujas oportunidades de sobrevivência ou afirmação se limitam à emigração e à realização de actividades de geração de rendimentos rápidos (e ilegais), e levou à criação de políticas standardizadas de contenção do potencial (de) e da violência dos jovens, baseadas nos três processos de ocultação das violências mencionados (naturalização, despolitização, internalização das causas e externalização das respostas).

Dividimos estas políticas em duas grandes tendências: as de securitização aberta e encerramento ou distanciamento geográfico – de que fazem parte as políticas de deportação ou o aumento do encarceramento penitenciário; e as de controlo menos óbvio dos jovens, ou securitização disfarçada, através da absorção pelo sistema de ajuda, reproduzindo modelos associativos ocultos, promovendo o auto-controlo dos jovens (projectos sem conta contra a SIDA ou ainda de promoção de “cultura da paz” são exemplo disto) ou sacralizando fenómenos de “organização espontânea” e “estratégias de sobrevivência individual” da economia informal, aceitando a demissão dos Estados e das organizações que se ocupam do “desenvolvimento” na promoção de emprego e de estabilidade dos recursos (Sévédé-Bardem, 1997: 156), medidas estas consideradas muitas vezes como mecanismos de prevenção da violência, que surgem normalmente após as críticas a uma abordagem securitária.

Qualquer uma destas propostas faz parte do projecto de paz liberal e os seus resultados são duvidosos na contenção das violências que afectam os jovens – quer como vítimas, quer como participantes de violência - como procuraremos ilustrar através da análise dos casos de Cabo Verde e da Guiné-Bissau.

THUGS, DEPORTADOS, JOVENS VIOLENTOS: CRIAÇÕES DO ‘DESENVOLVIMENTO’ CABO-VERDIANO?

As características sócio-demográficas de Cabo Verde⁷ desde cedo levaram o país a declarar ser a juventude um dos motores de desenvolvimento. Tendo desempenhado um papel preponderante na oposição e luta contra o domínio colonial português e posteriormente na construção de Cabo Verde enquanto nação independente, os jovens continuam, na actualidade, a estar (pelo menos ao nível dos documentos e discursos oficiais) “no centro do desenvolvimento económico e social”

⁷ A faixa etária abaixo dos 25 anos representa 62% da população total, segundo dados dos censos de 2000, do Instituto Nacional de Estatística

(Programa de Governo 2006-2011: 51)⁸. É notória uma preocupação crescente das entidades públicas, com a definição de políticas, medidas, planos estratégicos dirigidos aos jovens. Por parte das organizações não-governamentais⁹ é também visível o número de projectos de intervenção social, nomeadamente dirigidos aos chamados “jovens em risco”.

Importa perceber que tais preocupações se inscrevem no quadro geral do desempenho do país e do cumprimento de objectivos e propósitos estabelecidos pelos doadores e instituições internacionais, designadamente no âmbito dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e dos requisitos da passagem para país de rendimento médio. Ou seja, enquadra-se no propósito geral de manter a boa imagem internacional de Cabo Verde.

A concretização destas preocupações está, porém, longe de ser total. Os jovens continuam a ser especialmente atingidos pela pobreza e exclusão social que, a despeito da prestação económica de Cabo Verde nos últimos anos, continuam a atingir de forma marcada o país. Os números do desemprego, por exemplo, continuam a afectar de maneira incisiva a camada juvenil.¹⁰ Ao mesmo tempo, os jovens urbanos são os mais influenciados pelas expectativas induzidas pela promessa do progresso económico, que vêm, na maior dos casos, não cumpridas.

Na realidade, a recente intensificação da preocupação com os jovens em Cabo Verde é reflexo de uma abordagem securitária que pretende responder a uma dupla preocupação das elites: a manutenção do investimento estrangeiro – ‘seguro’ – e o controlo de uma camada juvenil que se constrói como fonte de insegurança – objectiva e subjectiva – das classes mais favorecidas (Lima, 2010).

Assim, as análises das causas da violência juvenil têm sido marcadas por algumas lacunas que dificultam a compreensão do fenómeno e que exploraremos em seguida.

Em primeiro lugar, queremos realçar a tensão entre local/global e interno/externo, nem sempre analisada da melhor forma. Se é verdade que, no que diz respeito à sua construção identitária, o surgimento de grupos juvenis denominados *thugs*¹¹ tem na sua origem inspirações inicialmente de carácter quase exclusivamente exógeno/global (cultura *hip hop*, por exemplo), é também verdade que estes passaram

⁸ O que passa pela criação de programas e linhas de apoio específico no campo empresarial (linhas de crédito e incentivos fiscais; programa de inserção e emprego jovem), profissional (acções de formação; lei do mecenato juvenil), e político-cultural (incentivo ao associativismo, voluntariado, centros de juventude) (Programa de Governo 2006-2011).

⁹ Vide por exemplo, o trabalho desenvolvido pela Fundação Infância Feliz, pela ACRIDES e outras.

¹⁰ Cerca de 57% dos homens com a idade compreendida entre os 15 e os 24 anos são afectados pelo desemprego, que é claramente um fenómeno com expressão urbana (INE 2007).

¹¹ Identificados com determinados bairros, cujo modus operandi a par de furtos e pequenos assaltos, passou a incluir homicídios com armas de fogo.

por um processo de ‘nacionalização’ e apropriação. Na realidade, estas influências não são necessariamente violentas, o que está em causa é a transformação da imagem social dos jovens, sendo a “modernização” da sua imagem e atitude de rebeldia vistas à partida como negativas, o que pode ter contribuído para um fechamento identitário e surgimento de relações violentas:

Acho que devemos ver os thugs em dois sentidos. Num sentido negativo, as confusões, as paranóias e os vandalismos que fazem e no sentido positivo, as danças, os espectáculos que dão. O governo deve olhar também para o sentido positivo. O governo não apoia em nada (Entrevista colectiva, Associação Black Panthers).

Ao contrário do que sugere a citação, a construção da imagem social do *thugs* ou qualquer jovem que, não o sendo, se vista ou comporte como tal, tem sido fundamentalmente negativa. No fundo, o surgimento desses grupos trouxe um novo olhar sobre a imagem do jovem cabo-verdiano tido como bom aluno, bem comportado, esforçado, trabalhador, capaz de superar as inúmeras dificuldades impostas pelas vulnerabilidades estratégicas do país, levando a que estes fossem construídos como ameaças e bodes expiatórios de qualquer mal estar na sociedade cabo-verdiana.

Por outro lado, apesar de uma potencial contribuição para a alteração do *modus operandi* dos grupos de jovens, a identificação dos jovens deportados dos países de acolhimento da emigração cabo-verdiana – principalmente dos EUA – que nos últimos anos têm chegado em número crescente ao arquipélago, como os impulsionadores do surgimento desses grupos é muitas vezes apresentada de forma exagerada, estereotipada e criminalizante destes jovens, sem se questionar o mecanismo regulatório global que origina estes fluxos.

Esta associação tem a ver, em grande medida, com o facto de, por um lado, na origem da deportação muitas vezes se encontrar a prática de crimes, e, por outro lado, de os deportados enfrentarem situações de exclusão no processo de (re)integração no país. Ora, concomitantemente com as histórias de sucesso dos emigrantes cabo-verdianos (as remessas dos emigrantes constituem um dos principais sustentáculos da viabilidade do país), logo a seguir à independência surgem os primeiros casos de deportados. O fenómeno ganhou alguma expressão a partir da década de 80, existindo actualmente um número significativo de deportados (cerca de 844, em 2007, segundo dados do Instituto das Comunidades de Cabo Verde). Muito mais importante do que centrar aqui a nossa atenção na análise da relação entre os deportados a violência colectiva juvenil em Cabo Verde e na percepção do papel que possam ter desempenhado/desempenhar enquanto reprodutores de formas de organização

criminosa “aprendidas” nos países de acolhimento, gostaríamos de sublinhar a importância de um olhar sobre a deportação que a considere um mecanismo regulatório global, de controlo social, parte da agenda da paz liberal.

A nosso ver, essa ligação é visível quer a montante quer a jusante do processo. Ou seja, nos países de acolhimento assiste-se à simplificação dos procedimentos, do quadro jurídico-político, facilitando a deportação e vulnerabilizando os “deportáveis”; nos (supostos) países de origem, os deportados são alvo de estigma social e contam, em muitos casos, com programas de (re)integração que acabam por não contribuir para alterar essa rotulagem, devido ao seu forte pendor assistencialista:

Os deportados tinham muita influência só no início. Eles agora só ficaram com a fama. Agora thugs na Praia são os que ficam na rua para bater, são os jovens que não tem nada que fazer (Entrevista colectiva, Associação Black Panthers).

Há também essa questão que é recorrente na análise da criminalidade na Praia que é a questão dos retornados. Também acho que nunca foi convenientemente tratado entre nós, nem sob o ponto de vista político, nem sob o ponto de vista do acolhimento. Há uns anos atrás os EUA limitam-se a colocar a pessoa no avião e enviá-la até ao Sal. E nem cuidavam de informar o governo de Cabo Verde que tipo de crime essa pessoa cometeu nos EUA (Ex.Ministro da Administração Interna).

O Estado só ajuda se fizermos muita pressão (...) gasta-se muito mais dinheiro nos telefonemas e a lisonjeá-los do que a ajuda que efectivamente te dão (Deportada entrevistada na prisão de São Martinho).

Consideramos, portanto, que a deportação na sua versão mais actual contém elementos que nos permitem identificar um núcleo comum com as deportações históricas. Tal como acontecia no passado, continua a ser motivada por uma lógica de punição e de depuração da sociedade. Os candidatos “escolhidos” para deportar são os membros da sociedade que, pela sua origem ou outro factor mais circunstancial, não se encaixam no padrão de cidadão ideal definido pelos Estados, em determinados contextos sócio-políticos. Num contexto marcado pela procura incessante de bodes expiatórios, convém chamar a atenção para os processos de incrustação social e política da oposição entre amigo e inimigo, da desumanização, da marginalização e criminalização dos jovens, processos estes extravasam para a sociedade, em muitos casos, mais violência do que aquela que se atribui aos grupos de jovens.

Na verdade, é de sublinhar aqui o papel que a comunicação social desempenhou na exacerbação deste fenómeno social, designadamente na fase inicial do seu surgimento, quando se desconhecia quase completamente as suas características, consequências e factores impulsionadores, contribuindo para “criar pânico moral” na sociedade cabo-verdiana (Bordonaro, 2009). O tema da criminalidade e delinquência juvenil passou, desde 2000, a ser frequentemente matéria de inúmeras notícias e crónicas jornalísticas, tendo alterado alguns hábitos sociais e a percepção de segurança dos cabo-verdianos, particularmente dos habitantes da cidade da Praia. Numa breve leitura dos comentários às notícias sobre violência juvenil nos jornais *online* percebe-se o sentimento de insegurança vivido pela população, bem como a legitimação de opções de justiça popular (violentas), sugeridas como solução para o problema. Esses comentários representam, na nossa opinião, uma fonte de análise privilegiada dessa problemática. A circulação de emails, em Junho de 2006 e em Janeiro de 2010, com fotografias de alegados *thugs*, reforçam igualmente esse apelo à resolução da violência pela via não institucional e oficial:

(...) Na minha opinião devia ter uma página completa ou mesmo um sítio inteiro na internet apenas para a divulgação de imagens, cadastro policial e informações úteis sobre os thugs, pois isso ajuda a sociedade e a própria a lidar com esses criminoso¹².

Qual THUG? Qual líder? Líder do quê? Essas designações chiques fazem-nos pensar que são galãs de cinema. Dão-lhes certos estatutos e pensam que o crime compensa. Chamem-lhes pelos nomes que se chamava antes na nossa terra: PIRATAS, PIRATINHAS E PIRATÕES¹³.

Identificados assim os ‘inimigos’ ou os ‘maus elementos’ da sociedade¹⁴, através da ênfase colocada nas variáveis individuais, descuraram-se, quase por completo, as alterações estruturais ocorridas em Cabo Verde nos últimos anos: desigualdade, sociedade individualizada e de consumo, exclusão social, desemprego, abandono escolar, descrédito das instituições. Não resta, assim, margem às políticas de combate à violência senão o alinhamento com a lógica global vigente, que se tem pautado pela repressão, pela securitização, “tolerância zero” (Bordonaro, 2009) e “criminalização dos pobres e excluídos” (Wacquant, 2001 [1999]):

¹² In <http://liberal.sapo.cv/noticia.asp?idEdicao=64&id=26595&idSeccao=525&Action=noticia>

¹³ In <http://liberal.sapo.cv/noticia.asp?idEdicao=64&id=26595&idSeccao=525&Action=noticia>

¹⁴ A este propósito ver, no caso de El Salvador, as mesmas dinâmicas de construção da insegurança real e imaginada através da disseminação da ameaça e do inimigo sob a forma da imagem do “marero” [membro de gang] que já antes tinha existido sob a forma de “indígena” ou do “guerrilheiro comunista” (Martel, 2006: 958), aqueles considerados indesejáveis pelas elites.

Há muitos gangsters filhos de ricos; filhos de advogados. Quando são presos saem mais depressa, recebem apoio da família e continuam na mesma vida. Vê-se claramente a diferença entre um pobre e um rico. Vê-se esse efeito. Se forem presos juntos, o rico sai e o pobre fica (Entrevista colectiva, Espaço Aberto Safendi).

Há esse preconceito. Mesmo sendo inocente és maltratado só por causa da roupa (Entrevista colectiva, Espaço Aberto Safendi).

Reforço policial, presença de polícia militar nas ruas, nomeadamente nos bairros periféricos, sistema prisional mais punitivo que reintegrador tornam-se, assim, ingredientes da receita para o combate à violência urbana. Estas medidas têm revelado, porém, pouca atenção às condições micro e macrosociais que contextualizam a violência e são criticadas por vários sectores sociais:

Penso que, sem menosprezar a Polícia nacional, que a Polícia nacional anexada à Polícia militar poderia atenuar um pouco a situação, mas só isso também não é o suficiente. Apenas ir e amedrontar a pessoa na rua, para a fazer ficar dentro de casa, uma hora ou outra ela acaba por sair. E se guardar o rancor por mais tempo, quando o extravasar, acaba por extravasá-lo com mais força. Acompanhado disso o governo deve oferecer ocupação porque acredito que, sem ocupação podemos trabalhar, podemos até conseguir frutos mas, será em menor quantidade (Entrevista com representante da OMCV).

Porque temos de trabalhar esses dois sectores, família e educação, penso que ai, com políticas, a direccionar para a família. Políticas governamentais juntamente com a implementação das ONGs para tentar minimizar este problema da delinquência juvenil, mas eu ainda volto à questão do neoliberalismo, grande oferta generalizada e *pouco poder de compra* (Entrevista com presidente do ICCA).

Seria necessário recentrar o debate sobre a violência juvenil na discussão sobre os modelos económicos e de Estado que se pretendem implementar. Um dos primeiros passos consiste em retirar a ênfase colocada na pobreza (e não nas desigualdades) e na estrutura familiar como causas fundamentais da violência juvenil que originam respostas meramente moralistas, que dividem os jovens 'de bem' dos jovens delinquentes. A sociedade cabo-verdiana sempre conviveu com a pobreza e modelos familiares amplos (Lima, 2010: 205) sem que isso levasse às manifestações

de violência juvenil agora conhecidas. Em segundo lugar, haveria que compreender esta procura de um estatuto social reconhecido analisando, por um lado, as reacções às desigualdades produzidas pelos modelos de desenvolvimento e, por outro lado, a legitimação da violência num contexto mais amplo de violências históricas (Lima, 2010) e de afirmação de masculinidades violentas e hegemónicas¹⁵, não esquecendo que o envolvimento violento dos jovens não é exclusivo dos pobres e excluídos.

VIOLÊNCIAS (I)LEGÍTIMAS E MIRAGENS SECURITÁRIAS NA GUINÉ-BISSAU

A imagem dos jovens como “moléculas perdidas” (Kaplan, 1994) em contextos de pobreza extrema, manipulados para integrar grupos violentos, não parece adequar-se a Bissau, onde mesmo a criminalidade dispersa não apresenta características de extrema violência ou de existência de actuação em grupos, salvo raras excepções¹⁶. Este tipo de organização e afirmação violenta não faz parte das possibilidades apresentadas como existência social ou estratégia de sobrevivência e afirmação¹⁷ da grande maioria dos jovens. Entre as várias justificações para desmistificar a associação imediata entre jovens e agressores, encontram-se formas de controlo social baseadas sobretudo nas relações de proximidade:

Há rivalidade mas não há aquele rancor...porque nós aqui, a maioria, são famílias. (...) eu sou teu amigo, mas para já estamos a tratar como um irmão. A tua família é a minha família, a minha família é a tua família, pronto, ficamos assim. Assim é difícil ter aquele rancor (P., 33 anos, Bissau).

Na Guiné-Bissau, o binómio jovens-violência parece reverter sobretudo para o imaginário dos jovens como vítimas da violência estrutural: desemprego, pobreza – 80% da população “pobre” da Guiné-Bissau tem entre 18 e 35 anos (PNUD, 2006: 11) – ausência de acesso a educação de qualidade e obrigações familiares nem sempre aceites vão-se acumulando com abnegação. O facto de não existirem formas de violência juvenil colectiva directa mais visíveis e julgadas como ameaçadoras tem

¹⁵ Segundo estudo do Ministério da Justiça com a UNDOC (2007) a percentagem das vítimas das ofensas sexual que consideraram o incidente como uma violação, uma violação tentada, um assalto indecente ou um comportamento ofensivo é de 53%, contratando com uma média de 37% em cidades da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC).

¹⁶ Resultados dos inquéritos realizados pelas autoras, com o Instituto Promundo, em Bissau, a jovens entre os 15 e os 24 anos indicam que 41% reconhece a existência de bandos nos bairros mas 51% nunca viu nenhum acto de violência e 68% não se lembra há quanto tempo existem. A identificação da existência de gangs ou bandos não tem necessariamente a ver com violência mas com a forma de vestir, a aparência, o facto de consumirem drogas – visto, por muitos jovens como uma violência em si.

¹⁷ Embora já o tenha sido em momentos excepcionais como a guerra de independência ou o conflito de 1998-1999.

como explicação parcial, no entanto, algumas formas de violência difusa sofridas pelos jovens: o estatuto de submissão na família e na sociedade, a sua dependência económica, o controlo religioso, mas também a aceitação do destino e a ausência de revolta, espelho da inexistência de quadros de referência colectivos e da ausência da ideia de cidadania – e que constitui uma forma de controlo político da sociedade. De certa forma, a ausência de violência relacionada com grupos violentos juvenis está relacionada com o grau extremo de normalização e aceitação da violência estrutural e quotidiana, que se apresenta muitas vezes como uma aceitação fatal do destino: “*Eu conformo-me com a minha pobreza... Há pessoas que se sentem marginalizadas, mas eu não*” (R. 24 anos, Bissau).

Noutro trabalho (Roque e Cardoso, 2008) apontámos como possibilidade explicativa da resistência dos jovens à socialização violenta a existência de formas de integração e afirmação social e da masculinidade que substituem a necessidade de afirmação violenta colectiva (para além das classes de idades e rituais de iniciação): as *bancadas*, grupos de jovens baseados na solidariedade entre pares, maioritariamente masculinos. Estas são formas de associação juvenil, tal com os *gangs* juvenis, sem as actividades criminais e o grau de violência que caracterizam os últimos. Apesar de serem formas de “ocupação” dos jovens, de aprendizagem com os mais velhos e ainda de controlo social – quase sempre localizadas em frente às casas ou no meio delas, onde os mais velhos podem controlar – são vistas, no entanto, pelos mais velhos sobretudo, como potenciais desestabilizadores, fonte de manipulação política e militar. Também alguns jovens as consideram suspeitas, o que os leva a fazer a distinção entre “bancadas do bem” – dedicadas a organizar campeonatos de futebol, limpeza das ruas, festas e concursos de misses – e “bancadas do mal”, que seriam utilizadas para tráfico de droga ou organizar furtos e roubos ou simplesmente que se dedicam a actividades mal vistas como o consumo de álcool e drogas.

Defendemos, no entanto, que a existirem preocupações com os propósitos e actividades destes grupos e o seu potencial de violência, não são tanto as antes apontadas. Os jovens entrevistados reconhecem como formas de aquisição de estatuto social a participação em redes de clientela e de acesso a recursos do Estado ou a emigração e, apesar de alguns referirem o tráfico de droga como um actividade que não recusariam à partida, consideram que esse tipo de actividades ilícitas são também “monopólio” de outros grupos e recusam-na quando considerados os riscos da violência associada. Não sendo pois esta a fonte geradora da violência juvenil na Guiné-Bissau, sugerimos que ela está antes situada na tendência para transformar formas de associação não violenta em reprodutores da violência gerada pela omissão do Estado.

Apesar da omnipresença da violência estrutural e simbólica que afecta toda a sociedade, as faces mais visíveis da violência na Guiné-Bissau são as dos conflitos político-militares e das sistemáticas eliminações físicas nas lutas pelo acesso ao poder e recursos que a ocupação do Estado oferece. Foi indirectamente por esta via que a Guiné-Bissau se tornou uma periferia “perigosa” e alvo de controlo das intervenções internacionais. Os actores a controlar estão claros nos discursos políticos e estratégicos: os militares.

Esta tentativa de controlo é tudo menos desinteressada. A lógica de intervenção deixou há muito tempo de se basear no desenvolvimento – na diminuição da violência estrutural – para dar lugar apenas a considerações de segurança. Apesar da manutenção do discurso sobre onexo entre segurança e desenvolvimento como lógica de “construção da paz”, na prática, as únicas políticas que ganharam concretização são as que dizem respeito às questões de segurança, agora retiradas da esfera da soberania nacional e equacionadas cada vez mais como respostas necessárias às ameaças à segurança internacional. As questões centrais para todas as agências e doadores internacionais e condições *sine qua non* para a manutenção da ajuda passaram a ser a Reforma do Sector de Segurança (RSS) e o combate ao tráfico de droga, com o objectivo de “proteger” os países do centro do sistema da penetração de produtos ilegais¹⁸, paralelamente à intervenção já existente que tem como objectivo “protegerem-se” da emigração. A segurança em causa não é a da população do país: essa mantém-se sob a responsabilidade da sociedade, face à omissão do Estado.

Isto significa, na prática, o adiamento sucessivo de programas de longo prazo que visem o desenvolvimento socio-económico do país, já que os objectivos primordiais se concentram na tentativa de implementar um Estado policial e penal num contexto em que o Estado foi progressivamente desmantelado nas últimas décadas: reforma da segurança, formação policial para controlo de fronteiras ou ainda a insistência na necessidade de construção de prisões. À miragem do Estado acrescem as miragens securitárias, as quais não alteram necessariamente as estruturas e o exercício do poder político e económico nem das hierarquias sociais, sustentando a conformação com o destino e a marginalização, perante a impossibilidade de mudança.

¹⁸ A este propósito ver uma notícia baseada numa entrevista ao Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação português, em que este afirma que “a comunidade internacional precisa de uma Guiné-Bissau estável para conseguir enfrentar o problema do narcotráfico”, assumindo-se indirectamente que apenas os interesses de autoprotecção face ao tráfico internacional de cocaína, podem garantir o interesse dos países europeus pela Guiné-Bissau
<http://www.noticiaslusofonas.com/view.php?load=arcview&article=27455&category=Guin%E9%20Bissau>

Não se alterando necessariamente o funcionamento da justiça nem das forças de segurança, reforçam-se os mecanismos sociais violentos para auto-protecção. Perante a impossibilidade de um Estado penal - já para não falar do Estado social - ressurge a sociedade penal, reforçada por grupos de jovens que assumem e reproduzem as funções das autoridades policiais e judiciais e até das autoridades ditas “tradicionais”, sob a forma de “justiça popular” desorganizada (perseguições e linchamentos), muitas vezes dirigidas a “bodes expiatórios”, sem julgamento, formação de culpa ou possibilidade de defesa. Os grupos de ‘vigilantes’ nos bairros de Bissau, que ocupam várias dezenas de jovens nomeadamente reunidos em bancadas, encontram apoio em versões globalizadas da luta contra o crime em outras partes do mundo e a chancela de organizações internacionais e nacionais¹⁹ nem sempre utilizando os métodos menos violentos:

Às vezes, alguns jovens estão lá à espera que alguém venha e assaltam-nos e roubam-lhes tudo o que têm. Nós achamos que este crime não é bom. Sentimos que devemos ir a quem de direito [policia], mas se lá formos não nos dão aquele apoio porque não nos vêem como uma grande organização. Só que ultimamente criou-se uma associação que os apanhava, os amarrava e agredia, e isso [criminalidade] diminuiu... Só que depois deixou de funcionar porque eles apanhavam uns e deixavam escapar outros que conheciam e com os quais tinham relações familiares. Alguns acharam que não valia a pena fazê-lo porque eles faziam isso pelo bem do Bairro mas outros levavam-se pelo conhecimento [das pessoas apanhadas] e acabaram por abandonar (...)

Se agredires alguém ou esfaqueares, nós é que te apanhamos, damos-te à medida. Se der para resolvermos o teu problema aqui, resolvemos logo, mas se não conseguirmos, encaminhamos-te directamente à policia. Eles também te agredem e deixam-te aí (Entrevista com líder de bancada, Bissau, 2009).

Apesar do reconhecimento da autoridade formal no combate à criminalidade, estes jovens actuam por mimetismo da acção da policia e da sociedade. No entanto, este mesmo discurso revela ainda uma relação paradoxal com a policia, a qual, por um lado, é conivente com os métodos, e, por outro lado, tem dos jovens uma imagem negativa por se reunirem em bancada e por terem comportamentos considerados negativos, como fumar. A acção destes jovens citados baseia-se, não apenas na necessidade fundamental de assumirem a segurança do bairro, mas também como

¹⁹ Ver por exemplo a versão nacional da organização Norte-Americana Youth Crime Watch em: <http://www.ycwa.org/world/gbissau/index.html>

forma do reconhecimento social que lhes é negado, à partida, pela imagem dominante do jovem desocupado, preguiçoso, delinquente:

Porque, a quem vamos pedir apoio para nos proteger? À polícia??? Mas eles não nos vão ver como deve ser, vão-nos ver como umas simples pessoas que se sentam [nas bancadas] e costumam chamar-nos bandidos que costumam ficar nas bancadas. Enfim, não sabem qual é a nossa inteligência, o que pensamos, que dantes, na era deles, eles nem faziam. Dizemos só que as pessoas não vejam as bancadas como locais onde os ladrões estão. É normal, porque dizem que as pessoas das bancadas fumam, há pessoas que fumam, é normal fumar e fazer crimes, mas não é aquele fumar de fumar droga, é fumar normal. Apesar de na nossa bancada não permitirmos que as pessoas fumem, se sentar lá não pode fumar, pedimos à pessoa para ir fumar noutra lugar para não estragarem o nosso nome (Entrevista com líder de bancada, Bissau, 2009).

Ao agirem de forma violenta, estes grupos de jovens são um espelho da sociedade e do poder político baseados na lógica do castigo imediato, aceite pela sociedade e pelas autoridades. A invisibilidade deste tipo de envolvimento violento dos jovens justifica-se por ser fundamentalmente uma violência de pobres contra pobres – ao contrário do que acontece quando a violência começa a atingir as classes médias e altas, como em Cabo Verde, transformando-se assim num problema social e político a ter em conta.

Por outro lado, se existem violências julgadas legítimas, outras não o são. É paradigmático o exemplo citado abaixo:

M: Na Guiné, há muita briga nas ruas, pancadas, bebidas alcoólicas, os jovens na discoteca, às vezes muitas brigas acontecem nas discotecas, nos bairros, as crianças mesmo. Pode haver nas escolas... Há poucos dias havia uma violência ali no Bairro Militar porque os alunos atacaram a escola porque não havia iluminação na escola, a escola não tinha providenciado a necessidade para os alunos do curso nocturno. O que originou uma greve. Posso dizer que não é uma greve mas uma violência porque alguns atiraram as pedras à escola e isso é uma violência, estás a ver?

S: Mas também é uma luta pelos direitos deles...?

M: Sim, direitos deles, claro. Mas, pronto, deve haver outra maneira porque nós temos de manter uma boa atitude, nós jovens, de bom comportamento. A solução pode vir a ser encontrada sem violência,

através do diálogo muito forte envolvendo outros parceiros (Entrevista com líder de organização contra a “delinquência” juvenil, Bissau, 2009).

Como podemos ver pelo excerto, um movimento espontâneo de protesto ou revolta dos jovens é rejeitado, ainda que não tenha vítimas, sendo necessária a chancela de organizações formais (parceiros) para dar credibilidade às acções dos jovens, já que eles “não sabem” como reivindicar. Esta análise da greve como violência não acontece por acaso. Não só revela a (não) aceitação social do protesto e autonomia dos jovens, como também, o que antes referimos como o processo de repúdio da violência que se transformou em repúdio por qualquer tipo de conflito (não violento), veiculado por programas que buscam o consenso social e a “cultura da paz”.

Assim, ao mesmo tempo, no contexto de securitização global, os jovens guineenses passam a ser encarados pelo seu potencial de traficantes de droga, tal como já o eram em relação à disseminação da SIDA, à emigração ou como fileiras dos exércitos privados. Apesar da delinquência juvenil não ser um fenómeno significativo, o seu fantasma e riscos iminentes de criminalização da juventude rondam as políticas internacionais de “construção da paz” – onde se inclui o combate ao tráfico de droga. Se a violência nem sempre conduz à insegurança, a insegurança nem sempre significa que exista violência directa, mas, antes, que esta é, muitas vezes, criada. A percepção de aumento da criminalidade herdeira da noção também exagerada de narco-estado²⁰ e do pânico social face a pessoas e comportamentos diferentes – desejos e hábitos de consumo globalizados (roupas, música, linguagem, etc.), bem como a extrema valorização de poucos casos tornados míticos de violência juvenil, leva a que, mais uma vez, na tentativa de manterem uma boa imagem social – que os comportamentos e aparências vistos como modernos não garantem – os jovens acabem por ser transformados em peões passivos da lógica do mercado da ajuda internacional. Os discursos populares identificados sobre os jovens e a sua potencial violência estão quase sempre associados com questões de propriedade (assaltos, roubos) ou ainda o consumo de drogas e álcool, que é visto como violência em si. A culpabilização e responsabilização dos jovens pela violência revela o quão a violência estrutural é naturalizada. Ao mesmo tempo, reforçam-se os mecanismos normativos e morais que regem quase todas as abordagens internacionais em relação aos jovens.

Os jovens começam a ganhar maior relevo nas políticas internacionais na Guiné-Bissau por via da dimensão da segurança, aumentando o grau de desconfiança que já lhes é dedicada pela sociedade. Analisemos alguns dos exemplos do que chamámos antes políticas de securitização disfarçada e dos seus efeitos perversos.

²⁰ Ver Marco Vernaschi, “Guinea Bissau: World's First Narco-State”, 10.2009 <http://www.time.com/time/photogallery/0,29307,1933291,00.html>

Em 2009, uma ONG juvenil conseguiu apoios nacionais e internacionais para “controlar as armas”, através de uma campanha de sensibilização e recolha de armas, num bairro de Bissau. Ora, o problema das armas ligeiras em posse civil, definido por agendas construídas artificialmente nas grandes ONG do Norte (Stavrianakis, 2010), não é um problema que tenha sido alvo de estudos sérios para determinar o seu relevo ou linhas de acção na Guiné-Bissau, por um lado, e, por outro, os jovens não têm qualquer possibilidade de influenciar acções nesse sentido uma vez que não possuem estatuto social que lhes permita aconselhar os mais velhos. Ao mesmo tempo, cada vez mais associações juvenis dirigem os seus interesses para o combate à “delinquência juvenil”, definida quase sempre como consumo de drogas e prática de roubos, sem, no entanto, terem qualquer tipo de conhecimento sobre os diferentes tipos de droga, seus efeitos, etc. Encontramos neste casos uma clara instrumentalização, pelos jovens, da captação de fundos do mercado da pobreza e da insegurança, com agendas que se distanciam da realidade e que, muitas vezes, criam ainda mais confusão sobre as causas dos problemas – de resto identificados de forma aleatória – e geram a necessidade de manter uma imagem problemática da juventude para captação desses fundos.

Com a integração da Guiné-Bissau na agenda da Comissão de *Peacebuilding* das Nações Unidas, graças à potencial ameaça do tráfico de cocaína, foi planeado um programa de “emprego” para os jovens, administrado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Este programa destina-se fundamentalmente à ocupação dos jovens através de programas de formação e micro-crédito motivando os jovens “empreendedores e dinâmicos” a auto-responsabilizarem-se pela sua situação de precariedade. Se não vejamos o grupo-alvo do projecto: “ os beneficiários serão escolhidos de acordo com o nível de precariedade da sua situações, o seu nível de exclusão do mercado de trabalho, mas também, com a *sua determinação em tornar-se mais autónomo (self-dependent) e adquirir uma posição que lhe permite melhorar o seu próprio desenvolvimento*”²¹. Mas os objectivos são ainda mais ambiciosos: pretende-se que os jovens sejam “multiplicadores de paz”, fugindo das situações precárias em que se encontram e servindo de “exemplo” para os outros jovens - os ‘bandidos’, ‘delinquentes’, ‘desocupados’. Não será de estranhar que, num contexto em que as redes familiares de solidariedade e sobrevivência ainda vão possibilitando a manutenção dos jovens, estes não procurem um trabalho que pouco mais lhes garante economicamente, e ainda lhes confere um menor estatuto. Não são empregos estáveis e bem pagos, nem formação universitária que se oferece aos jovens dos

²¹ Documento do projecto “Youth Professional Training and Employment” do PNUD, financiado pelo Peacebuilding Fund, versão de Julho 2008.

países da África subsariana, em geral, mas sim projectos de criação de emprego próprio pouco qualificado em mercados quase inexistentes e votados, na sua maioria, ao fracasso.

Este imperativo de ocupação dos jovens e a rejeição de movimentos espontâneos dos mesmos, vistos como ameaçadores, faz também com que se procurem reproduzir as associações formais onde elas não são forçosamente necessárias. As bancadas e outros grupos do género, que poderiam ter uma existência com objectivos simples de lazer, confraternização, etc. são continuamente incentivadas a dedicarem-se a tarefas “mais nobres” (limpeza, campanhas de sensibilização, etc.) e a formalizarem-se em associações. O resultado destas intervenções é a reiteração e conformação do pensamento e da realidade sobre jovens e violência, conduzindo à polarização entre jovens dinâmicos e empreendedores e os jovens delinquentes que têm (quase) toda a responsabilidade pelas situação em que se encontram.

QUESTIONAR AS POLÍTICAS PARA REPENSAR AS CAUSAS

Ordenar, disciplinar, controlar os jovens que se encontram nas margens das sociedades centrais ou das periferias é um dos imperativos de um projecto de paz global que pretende ocultar a marginalização e as desigualdades que veicula enquanto violências. O objectivo é o de afastar os medos e as ameaças das sociedades centrais e das elites nas periferias. Este tipo de políticas é, além disso, complementado por políticas julgadas fundamentalmente boas, de um “império em negação”, que reproduzem as falhas e vícios da indústria desenvolvimentista e de promoção da paz. As questões fundamentais das desigualdades sustentadas pelo tipo de Estado induzido pelo modelo de paz liberal ou ainda as cada vez mais reduzidas possibilidades (não) violentas de reivindicação de um estatuto valorizado pelos jovens são descuradas e, no entanto, estas são cruciais enquanto elementos ou mecanismos de mediação entre a violência estrutural e a existência (ou não) de violência colectiva juvenil.

São três as razões que, a nosso ver, sustentam estas conclusões e podem ajudar a recentrar o debate sobre as causas da violência colectiva juvenil, muitas vezes dominado pela confusão e incerteza que suscitam análises multifactoriais que colocam ao mesmo nível a desigualdade social ou o consumo de drogas.

Em primeiro lugar, este projecto de paz liberal não resolve – pelo contrário, acentua – as condições de surgimento da violência directa através das opções políticas e económicas antes elencadas. Este projecto baseia-se na criação de poucos

e maus empregos ao nível global (Sogge, 2010) e na manutenção de desigualdades, bem como na demissão do Estado da garantia de segurança e assistência dos e aos pobres para se dedicar apenas às suas elites²². Pretendemos, assim, chamar a atenção para a violência estrutural e simbólica veiculada pela contradição entre a promessa modernizadora e de consumo da paz liberal e o facto de não ser nunca alcançada por grande parte da humanidade, apesar das expectativas que produz, sobretudo nos jovens. Assim, tal como já apontado por outros estudos, os conflitos e a violência não emergem de questões meramente económicas mas também da vontade de reivindicação política de um estatuto melhorado e de afirmação, de possibilidades de *social becoming* ou existência social (Richards, 1996; Barker, 2005; Vigh, 2006) que a aposta na criação empregos mal pagos e de formação sem possibilidade de ascensão social ou reconhecimento não pode garantir e onde interferem, não só questões económicas, mas também a reprodução de modelos de comportamento associados com a construção de identidades violentas ou não.

Em segundo lugar, a não participação dos jovens em grupos ou actividades violentas é normalmente assumida como um “não-facto”. Há que precisar que as dificuldades de “existência social” não provocam necessariamente reacções violentas e que a maior parte dos jovens assume comportamentos não violentos, podendo as razões dessa não violência situar-se na eficácia do controlo social ou na satisfação com a sua existência social ou estatuto, com o seu destino social. O que não significa que não possam essas mesmas razões constituir-se como violência em si, produzindo, em lugar de reacções violentas, alienação, passividade e desesperança, como é evidente no caso da Guiné-Bissau.

Por último, este tipo de intervenções, justificando-se muitas vezes com o argumento do respeito pela cultura local, não coloca em questão as hierarquias que caracterizam os jovens africanos pela “exclusão face ao poder e a dependência em relação aos ‘homens’, ‘pais’ e ‘mais velhos’” (Argenti, 2007: 7), sustentando uma recusa das transformações sociais conotadas com a decadência de valores e costumes – ou, por outras palavras, o que é entendido como modernização. A inclusão dos jovens nas políticas é instrumentalizada e, apesar de abrir caminho a esquemas de apropriação individual ou colectiva dos meios financeiros colocados ao dispor, os incentivos dados aos jovens não vão ao encontro de objectivos emancipatórios, tal como acontece em grande parte das intervenções a propósito da “igualdade de género”. Esta manutenção do *status quo* revela-se ainda na “alergia” ao conflito que

²² Não se pretende aqui relacionar directamente a pobreza ou as desigualdades económicas com a violência e o conflito, como algumas teorias fazem ao olhar para o desenvolvimento económico como condição *sine qua non* da paz e o subdesenvolvimento como razão de conflito (Collier et al. 2003). A este pensamento subjaz a ideia de que os pobres, particularmente os jovens são naturalmente mais facilmente atraídos pela violência através de líderes sem escrúpulos.

tantos programas e formações em cultura da paz e mediação de conflitos produziram, procurando-se consensos e recusando-se a mobilização espontânea e a compreensão das estruturas e culturas violentas.

BIBLIOGRAFIA

- Argenti, Nicolas (2007), *The Intestines of the State. Youth, Violence and Belated Histories in the Cameroon Grassfields*, Chicago and London: The University of Chicago Press.
- Barker, Gary (2005), *Dying to be Men. Youth, masculinity and social exclusion*, London/New York: Routledge.
- Bickerton, Chris J. (2009), "State-building: Exporting State Failure", in *Arena Journal* 32, pp. 101-123.
- Bordonaro, Lorenzo (2007), *Living at the Margins. Youth and Modernity in the Bijagó Islands (Guinea Bissau)*, Ph.D. Dissertation, Lisboa: ISCTE.
- Bordonaro, Lorenzo (2009), "Cabo Verde: juventude e guerra ao crime", in P@x, Boletim Online, nº 13, Dezembro, <http://www.ces.uc.pt/nucleos/nep/media/PAX-13-pt-dez.pdf>
- Bourdieu, Pierre (2002 [1998]), *La domination masculine*, Paris : Éditions du Seuil.
- Briceño-León, Roberto e Verónica Zubillaga (2002), "Violence and globalization in Latin America", *Current Sociology* 50(1), pp. 19–37.
- Chandler, David (2006), *Empire in Denial: The Politics of State-Building*, London: Pluto Press.
- Collier, Paul et al (2003), *Breaking the conflict trap: civil war and development policy*, Washington: World Bank: Oxford University Press.
- De Boeck, Filip e Honwana, Alcina (2000), "Faire et défaire la société: enfants, jeunes et politique en Afrique", *Politique Africaine* 80, pp. 5-11.
- Duffield, Mark (2001), *Global governance and the new wars, the merging of development and security*, London and New York: Zed Books.
- Duffield, Mark e Nicholas Waddell (2006), "Securing Humans in a Dangerous World "in *International Politics*, 43(1), pp. 1-23.
- Durham, Deborah (2000), "Youth and the Social Imagination in Africa: Introduction to Parts 1 and 2", *Anthropological Quarterly* 73, (3), pp. 113-120.
- Ebo, Adedeji (2005), "Conclusion" in McIntyre A. (ed.), *Invisible Stakeholders: Children and War in Africa*, Pretoria: Institute for Security Studies.
- Enloe, Cynthia (2000), *Maneuvers: The International Politics of Militarizing Women's Lives*, Berkeley: University of California Press.
- Galtung, Johan (1990), "Cultural Violence", in *Journal of Peace Research* (27) 3, Sage Publications, Ltd. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/423472>, 01/06/2009.
- Honwana, Alcinda e Filip De Boeck (eds) (2005), *Makers and Breakers: Children & Youth in Postcolonial Africa*, James Currey: Oxford, Africa World Press: Trenton; Codesria: Dakar.
- INE Instituto Nacional de Estatísticas (2008), *Resultados da revisão das projecções demográficas - Cabo Verde 2000-2020*, Praia: Instituto Nacional de Estatísticas.
- Instituto das Comunidades (2003), "Projecto de Integração dos Repatriados em Cabo Verde", Ministério dos Negócios Estrangeiros Cooperação e Comunidades, Praia, Fevereiro de 2003. www.governo.cv (consultado em 31/08/2007).
- Kaldor, Mary (2001), *Las Nuevas Guerras. Violencia Organizada en la era global*, Barcelona: Tusquets Editores.
- Kaplan, Robert (1994), "The Coming Anarchy: how scarcity, crime, overpopulation, tribalism, and disease are rapidly destroying the social fabric of our planet", *The Atlantic Monthly*, February.
- Lima, Redy Wilson (2010), "Thugs: vítimas e/ou agentes da violência?", *Revista Direito e Cidadania (Edição Especial – Política Social e Cidadania)*, nº 30, pp. 191-220
- Martel, Roxana (2006) "Las maras salvadoreñas: nuevas formas de espanto y control social", *Estudios Centroamericanos*, 61 (696), pp. 957-978.
- Martín-Baró, Ignacio (1998), *Psicología de la liberación, edición, introducción y notas de Amalio Blanco*, Madrid: Editorial Trotta.

- Ministério da Justiça e UNDOC (2007), Estudo sobre crime e corrupção em Cabo Verde, disponível em <http://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/dfa/Study-crime-corruption-portuguesa.pdf>
- Moura, Tatiana (2009), *Novíssimas guerras: Espaço, Identidades e Espirais da Violência Armada*, Coimbra: Almedina.
- Moser, Caroline e Dennis Rogers (2005), "Change, Violence and Insecurity in Non-Conflict Situations", Working Paper 245, London: Overseas Development Institute.
- Paris, Roland (2004), *At War's End, Building Peace after Civil Conflict*, New York: Cambridge University Press.
- PNUD (2006), *Rapport National sur le développement humain en Guinée Bissau: réformer les politiques pour atteindre les objectifs du millénaire pour le développement en Guinée-Bissau*, Bissau: PNUD.
- PNUD (2008), Documento do projecto "Youth Professional Training and Employment" do PNUD, financiado pelo Peacebuilding Fund, versão de Julho 2008.
- Pureza, José Manuel e Teresa Cravo (2005), "Margem crítica e legitimação nos estudos para a paz, in *Revista Crítica de Ciências Sociais* 71, pp. 5-19.
- Pureza, José Manuel et al (2007), "Do States Fail or Are They Pushed? Lessons Learned From Three Former Portuguese Colonies", Oficina do CES 273, Coimbra: Centro de Estudos Sociais
- Programa de Governo de Cabo Verde 2006-2011 – www.governo.cv
- Reardon, Betty (1985), *Sexism and the War System*, New York: Teachers College University Press.
- Richards, Paul (2005), *No Peace, No War: Anthropology of Contemporary Armed Conflicts*, Oxford: James Currey and Athens: Ohio University Press.
- Richards, Paul (1996), *Fighting for the rain forest: war, youth and resources in Sierra Leone*, Oxford: International African Institute: James Currey; Portsmouth: Heinemann.
- Rogers, Paul (2010), "Beyond "liddism": towards real global security", *Open Democracy*, 1 April, <http://www.opendemocracy.net>
- Roque, Sílvia e Kátia Cardoso (2008), "Por que razões os jovens se mobilizam... ou não? Jovens e violência em Bissau e na Praia", comunicação apresentada na 12ª Assembleia-Geral do CODESRIA Governar o Espaço Público Africano, disponível em http://www.codesria.org/IMG/pdf/Katia_Cardoso.pdf
- Roque, Sílvia e Kátia Cardoso (2010), "Youth and Violence in Bissau and Praia: analysing potential causes of collective violence", Working paper, Initiative for Peacebuilding.
- Santos, Rita et al (2010), "UNSCR 1325: Is it only about war? Armed violence in non-war contexts", Oficina do CES 340, Coimbra: Centro de Estudos Sociais.
- Scheper-Hughes, Nancy e Pierre Bourgois (2004), *Violence in war and peace, an anthology*, Malden: Blackwell Publishing.
- Sévédé-Bardem, Isabelle (1997), *Précarités juvéniles en milieu urbain africain*, Paris et Montreal: L'Harmattan.
- Schouten, P. (2009) 'Theory Talk 38: James Scott on Agriculture as Politics, the Danger of Standardization and Not Being Governed', Theory Talks, <http://www.theorytalks.org/2010/05/theory-talk-38.html> (15-05-2010)
- Sogge, David (2010), « Global Interventionism, Security and Development : a Critical Approach », comunicação feita na Escola de Verão Intervencionismo Global: críticas e resistências, Coimbra, Faculdade de Economia.
- Stavrianakis, Anna (2010), *Taking aim at the Arms Trade: NGOs, Global Civil Society and the World Military Order*. London: Zed Books.
- Vigh, Henrik (2006), *Navigating Terrains of War: Youth and Soldiering in Guinea-Bissau*, New York and Oxford: Berghahn Books
- Wacquant, Loïc (2001 [1999]), *As Prisões da miséria* (trad. port. de *Les Prisons de la misère*), Paris: Raisons d'agir), Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

NOTÍCIAS E WEBSITES

"Houve um retrocesso grave na consolidação do país, diz Gomes Cravinho", Notícias Lusófonas, 13/07/2010, in <http://www.noticiaslusofonas.com/view.php?load=arcview&article=27455&catogory=Gui%20Bissau> consultado em 06/08/2010

“Fotos de thugs circulam na internet”, in O Liberal
<http://liberal.sapo.cv/noticia.asp?idEdicao=64&id=26595&idSeccao=525&Action=noticia>
consultado em 8/01/2010.

YCWA Youth Crime Watch: <http://www.ycwa.org/world/gbissau/index.html>

The dictionary of Ethical Politics, “Liddism”, definição por Paul Rogers
<http://resurgence.opendemocracy.net/index.php/Liddism> consultado em 01/09/2010

Marco Vernaschi, “Guinea Bissau: World's First Narco-State”, 10.2009
<http://www.time.com/time/photogallery/0,29307,1933291,00.html>